

RECURSO ESPECIAL Nº 1.549.852 - PB (2015/0206846-8)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **ESTADO DA PARAÍBA**
PROCURADOR : **PAULO DE TARSO CIRNE NEPOMUCENO E OUTRO(S) - PB002472**
RECORRIDO : **LUCAS GERMOGLIO MACEDO (MENOR)**
RECORRIDO : **LUÃ GERMOGLIO MACÊDO PADILHA (MENOR)**
REPR. POR : **CLAUDIO SOARES PADILHA**
REPR. POR : **MICHELLE KAREN GERMOGLIO MACEDO PADILHA**
ADVOGADO : **JADER RIBEIRO SILVA E OUTRO(S) - PB003894**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ fls. 585/586):

ADMINISTRATIVO. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. DEMARCAÇÃO DE TERRAS. IMÓVEL URBANO DE DOMÍNIO DA UNIÃO. NÃO CUMPRIMENTO DO ART. 15 E SEQUINTE DO DECRETO-LEI 9.760/46. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DEMARCATÓRIO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CONFIGURAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO QUE SE CONFIRMA. RECURSO IMPROVIDO.

1.Trata-se de remessa oficial e apelação cível interposta pela União contra sentença prolatada pelo douto Juízo Federal da 6ª Vara da SJ/PB que extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV e VI, do CPC, por força da falta de interesse de agir do referido ente público, em razão do não cumprimento das determinações contidas no art. 15 e seguintes do Decreto-Lei 9.760/46, atinentes ao procedimento administrativo demarcatório.

2.Adoção da técnica de julgamento per relationem.

3.O Decreto-Lei nº 9.760/46 prevê o procedimento administrativo demarcatório e não se destina apenas às Terras Devolutas, mas também aos imóveis urbanos de domínio da União, como o bem objeto dos autos, razão pela qual deve ser aplicado ao presente caso.

4."Nesse contexto, necessário se faz que a parte autora comprovasse desde o ajuizamento da ação o cumprimento das determinações contidas no art. 15 e seguintes do referido Decreto-Lei, cujo Capítulo trata exatamente da Demarcação de Terras Interiores e estabelece diretrizes a serem cumpridas pela SPU antes da propositura de eventual ação judicial, sendo que tal exigência se transmuta em condição da ação, na medida em que, antes de cumprida a dita demarcação pela SPU, descabe o ajuizamento da ação por falta de interesse de agir, conforme assim estabelece o Decreto-Lei nº 9.760/46."

5.A fase administrativa, de fato, mostra-se imprescindível como procedimento anterior ao ajuizamento da demanda judicial, disso já tendo ciência a própria União, uma vez que, em resposta a ofício expedido pela AGU, a Superintendente do Patrimônio da União da Paraíba expressamente ressaltou que estaria iniciando as análises e providências conforme exigências do

referido art. 15 e seguintes, tendo como ponto de partida os elementos contidos no processo administrativo nº 0493100828/2004-40, bem como a documentação recentemente encaminhada pela Procuradoria (Ofícios nºs 438 e 482/AGU/PSU/CGE/SEJUD, datados de 16.07.2013 e 07.08.2013, respectivamente.

6. Apelação e remessa oficial improvidas.

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 20 e 21 do Decreto-lei 9.760/1946.

Defende, em suma, que a legislação de regência dispensa a fase administrativa para a demarcação de terras da União quando comprovada a ineficácia do procedimento, em decorrência da invasão no imóvel, como na hipótese em apreço, considerando, ainda, as partes envolvidas (Estado da Paraíba e terceiros, inclusive menores de idade).

Aduz que observou todos os ditames legais, não restando outra alternativa à União a não ser a propositura da presente ação demarcatória, de modo que deve ser afastada a ausência de interesse de agir.

Sem contrarrazões.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Considerado isso, extrai-se que o Tribunal de origem, reportando-se à sentença, entendeu não haver interesse de agir, no caso, porquanto a própria União estava ciente da necessidade do procedimento administrativo prévio, conforme resposta da Superintendência do Patrimônio da União, tornando o referido processo na esfera administrativa em condição da ação. Confira-se (e-STJ fls. 578/584):

3. A fase administrativa, de fato, mostra-se imprescindível como procedimento anterior ao ajuizamento da demanda judicial, tanto é assim que, em resposta a ofício, expedido pela Advocacia Geral da União, a Superintendente do Patrimônio da União da Paraíba expressamente ressaltou que estaria iniciando as análises e providências conforme exigências do referido art. 15 e seguintes, tendo como ponto de partida os elementos contidos no processo administrativo nº 0493100828/2004-40, bem como a documentação recentemente, encaminhada pela Procuradoria (Ofícios nºs 438 e 482/AGU/PSU/CGE/SEJUD, datados de 16.07.2013 e 07.08.2013, respectivamente.

4. Desse modo, percebe-se que a própria União já estava ciente da necessidade do cumprimento dessa fase administrativa prevista no aludido Diploma Legal, exigência essa, que, no caso em apreço, repita-se,

transmuda-se em verdadeira condição da ação, cuja inobservância finda por ensejar a extinção do processo sem julgamento do mérito, tal como, acertadamente, entendeu o douto Magistrado sentenciante.

Contudo, nas razões do recurso especial, a recorrente não impugnou esse fundamento, limitando-se a afirmar que é dispensável o procedimento administrativo para eleger a via judicial para demarcação, o que inviabiliza o conhecimento do apelo nobre quanto ao ponto, nos termos da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. EXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. CARÁTER EXCEPCIONAL. RECURSO QUE NÃO ATACOU FUNDAMENTO BASILAR QUE AMPARA O ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. De acordo com a norma prevista no art. 535 do CPC, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida. Ademais, os segundos embargos de declaração devem versar sobre vício existente no julgamento dos primeiros embargos de declaração e não no do acórdão principal (EDcl nos EREsp 636248/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Primeira Seção, DJe 05/05/2008). Verificada a existência de omissão em ambos os julgados, dos primeiros embargos de declaração e do acórdão que julgou o recurso especial, relativamente ao fundamento basilar do acórdão do Tribunal de origem para afastar a prescrição intercorrente, devem ser acolhidos estes segundos embargos de declaração.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que, em caráter excepcional, pode-se atribuir efeitos infringentes aos embargos de declaração, para correção de premissa equivocada, sobre a qual tenha se fundado o julgado embargado, quando tal for decisivo para o resultado do julgamento (EDcl no AgRg no AREsp 151.216/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 20/09/2013; EDcl no AgRg no REsp 730.190/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 02/06/2010).

3. O recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, a circunstância de que não houve o transcurso do prazo prescricional quinquenal em virtude da suspensão da execução fiscal para apreciação dos embargos à execução, esbarrando, pois, no óbice da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.". A respeito do tema: AgRg no REsp 1.326.913/MG, Rel.

Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; EDcl no AREsp 36.318/PA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

4. Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea a do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

5. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos, com o consequente não conhecimento do recurso especial.

(EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 18/06/2015).

Ademais, observa-se que a tese de ineficácia da realização da fase administrativa do processo de discriminação, em virtude do imóvel ter sido invadido, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para fins de prequestionamento, incidindo, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Se não bastasse, o exame da questão ventilada demandaria a incursão no suporte fático-probatório constante nos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial. Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator